

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Indigestão cívica - MERVAL PEREIRA</b> .....	3
A GAZETA - MT - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Emissão do DAS de 2021 já está disponível</b> .....	4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL <b>Auxílio para 196 mil pessoas</b> .....	5
ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL <b>Reforma da Previdência: uma visão do primeiro ano (2)</b> .....	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SEGURIDADE SOCIAL <b>Ministros do STF iniciam o ano com pauta tributária bilionária</b> .....	7
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO <b>Guedes diz que auxílio pode voltar caso o pior aconteça"</b> .....	9
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO <b>40 milhões de doses da vacina até abril</b> .....	11
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO <b>Guedes: governo saberá agir "se pandemia se agravar"</b> .....	14
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA <b>A vacina dos camarotes - NAS ENTRELINHAS</b> .....	16
ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Bolsonaro diz que respeita teto de gastos</b> .....	18
FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Governo corta benefícios fiscais para pesquisa e atinge projetos sobre Covid</b> .....	19
O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Com as mãos ao alto - ROSÂNGELA BITTAR</b> .....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Guedes diz que país será "economia de mercado" e descarta alta de impostos</b> .....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Desindustrialização pode tomar Brasil a roça do mundo (2)</b> .....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Competência, a melhor estratégia de Biden (3)</b> .....	26

Quarta-Feira, 27 de Janeiro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reajusta diesel, mas críticas continuam..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

IPCA-15 de janeiro tem a maior alta desde 2016..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação volta ao debate, afirma BC..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Prévia da inflação registra maior alta para janeiro desde 2016..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA  
ECONOMIA

Até a direita acorda para o impeachment - MARCELO COELHO..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Candidatos no Congresso querem auxílio dentro do teto..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Ata do Copom leva bancos a antecipar início de alta da Selic..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Dólar cai 3,3% a R\$ 5,32; Ibovespa recua 0,78%..... 38

# Indigestão cívica - MERVAL PEREIRA

## MERVAL PEREIRA

Na coluna de ontem citei estudo da cientista política e professora Kathryn Hochstetler, hoje na London School of Economics (LSE), que aponta três razões para um presidente não terminar seu mandato na América do Sul: ausência de uma maioria parlamentar de apoio ao presidente, mobilização popular e envolvimento pessoal do chefe de governo com escândalos de corrupção.

Citei os dois primeiros para dizer que o presidente Bolsonaro estava blindado pelo acordo com o Centrão e pela pandemia de Covid-19, que impede ou dificulta manifestações populares. Não falei sobre corrupção, e muitos adeptos do governo viram nisso uma tentativa de não enfrentar uma questão da qual, dizem, Bolsonaro está livre. O próprio Bolsonaro vive dizendo que nunca foi descoberto um escândalo de corrupção em seu governo, o que é verdade relativa.

A Controladoria-Geral da União (CGU) detectou em 2019 irregularidades numa licitação de R\$ 3 bilhões do Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FN-DE) financiaria a compra de equipamentos de informática como computadores, notebooks, projetores e lousas digitais para escolas de todo o país, dentro do Programa Educação Conectada.

Relatório oficial identificou que a licitação estimou um número maior que o necessário de computadores a ser adquiridos, usando critérios falhos e sem base técnica. A investigação constatou que 355 escolas encomendaram mais laptops do que seu número real de alunos. "O caso que mais chamou a atenção diz respeito à Escola Municipal Laura Queiroz, do município de Itabirito/MG, que registrou a demanda de 30.030 laptops educacionais, embora a escola só tenha registrada na planilha o número de 255 alunos (117,76 laptops por aluno)", registrou a CGU em seu relatório.

Embora a maracutaia tenha sido interrompida por um órgão de fiscalização do governo, até hoje não se soube o responsável pelas deformações da licitação, e o presidente do FNDE naquela altura, Carlos Alberto Decotelli, acabou nomeado ministro da Educação por Bolsonaro. Não resistiu, porém, às imperfeições do próprio currículo, recheado de informações falsas sobre seus diplomas e vida acadêmica.

Agora mesmo temos um escândalo que seria cômico,

se não fosse trágico. Uma reportagem do portal Metrôpoles revelou que o governo federal adquiriu no ano passado nada menos que R\$ 15 milhões em latas de leite condensado, o equivalente a mais de 2,5 milhões de latas do produto que Jair consome em seu café da manhã no Palácio da Alvorada. Outra extravagância foi gastar R\$ 2,2 milhões em chicletes, R\$ 8,9 milhões em bombons e R\$ 31,5 milhões em refrigerantes. São números que merecem ser investigados, chamam a atenção do mais desatento dos auditores. Mesmo que o Leite Moça tenha virado uma mania nos ministérios, mais de 2 milhões de latas é demais.

Além dessas questões pontuais de potencial corrupção, o presidente Jair Bolsonaro e sua família estão envolvidos em investigações sobre desvio de dinheiro público no tempo em que eram todos parlamentares. As "rachadinhas" que beneficiaram o hoje senador Flávio Bolsonaro quando era deputado estadual estão sendo investigadas, e o envolvimento da família com milicianos pode ter desdobramentos.

A ligação do ex-PM Fabrício Queiroz com os dois tipos de crime, e sua relação antiga com a família, assombra desde o início o governo. Mesmo que se alegue que tecnicamente nada poderia ser feito, pois os supostos crimes foram cometidos antes de Bolsonaro ser presidente da República, algumas situações reverberaram no atual mandato, como a manobra para esconder Queiroz na casa do advogado pessoal de Bolsonaro em Atibaia; ou o uso das agências de inteligência para ações em órgãos como a **Receita Federal**, para tentar anular as provas contra o senador. Ou a interferência pessoal do próprio presidente na Polícia Federal, com o mesmo intento.

Não é preciso, porém, que o presidente seja apanhado com a boca na botija, mas a simples demonstração de que ele está envolvido com atos corruptos, por menores que possam parecer, bastaria, num país normal, para que fosse alvo de investigações e passível de impeachment. Não se trata de matar passarinho ou dar cascudo na ema do Alvorada, como disse o ministro Paulo Guedes para tentar desmoralizar o movimento pelo impeachment. R\$ 15 milhões em Leite Moça é de dar indigestão cívica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emissão do DAS de 2021 já está disponível

O Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (PGMEI) já está ajustado para a geração do DAS do período de apuração (PA) 01/2021, com vencimento no dia 22 de fevereiro de 2021, tendo como base para a contribuição para o **INSS** o novo valor do salário mínimo. O valor a ser pago em DAS corresponde R\$ 55,00 de **INSS** (o que representa 5% do valor do salário mínimo, de R\$ 1.100,00), mais R\$ 5,00 de ISS, no caso dos prestadores de serviço, ou R\$ 1,00 de ICMS para atividades do comércio e indústria. O prazo para a declaração anual de rendimento do MEI é 31 de maio de 2021. Os microempreendedores individuais contam com uma nova funcionalidade no aplicativo do MEI. A **Receita Federal** disponibilizou uma nova versão que permite ao contribuinte solicitar restituição do valor correspondente ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) recolhido em DAS MEI de forma indevida ou em duplicidade. O novo módulo permite que o MEI recupere o dinheiro pago a mais, visto que é comum ocorrerem pagamentos duplicados ou desnecessários. Para solicitar a restituição, basta acessar o app do MEI, cadastrar os dados e fazer o pedido de restituição de forma automática.

# Auxílio para 196 mil pessoas

**Wesley Oliveira**

Enquanto o governo e a área econômica resistem em retomar o auxílio emergencial, o Ministério da Cidadania divulgou, ontem, uma lista de brasileiros que terão direito a receber o benefício ainda neste mês. O calendário trata dos trabalhadores que contestaram a negativa da ajuda e tiveram o pagamento reavaliado devido a atualizações de dados governamentais em janeiro de 2021.

Essa contestação foi realizada pelos trabalhadores informais que não concordaram com o resultado do processamento feito, inicialmente, pela pasta do governo federal. Ao todo, 196 mil beneficiários tiveram seus pedidos de revisão acatados e receberão o crédito em poupança social digital ou saque direto a partir de amanhã.

Segundo a portaria assinada pelo ministro Onyx Lorenzoni, serão creditados R\$ 248 milhões para esses beneficiários. Diferentemente do que ocorreu com os demais beneficiados pelo programa, as parcelas serão creditadas em uma única vez.

Entre as 196 mil pessoas, há 8,3 mil que receberão a segunda, a terceira, a quarta e a quinta parcelas do auxílio. Outras 40,9 mil terão direito às três últimas parcelas. Uma terceira faixa, de quase 68,1 mil cidadãos, receberá a quarta e a quinta. Por último, 78,3 mil vão embolsar somente a quinta.

A contestação desses cadastros foi feita pelo site da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência), entre 7 e 16 de novembro e entre 13 e 31 de dezembro de 2020. "Ao longo dos meses, o governo realizou uma série de cruzamentos de diferentes bases de dados para verificar a elegibilidade dos cidadãos ao auxílio emergencial. Com essa reavaliação, evitamos fraudes e garantimos que os recursos chegassem a quem realmente necessitava", argumentou Onyx Lorenzoni.

O auxílio emergencial foi liberado para 68 milhões de trabalhadores - 32,2% da população e cerca de 40% das residências - pagando o total de R\$ 330 bilhões, segundo o Ministério da Cidadania. Tiveram direito aos repasses os integrantes do Programa Bolsa Família, cidadãos incluídos no Cadastro Único (CadÚnico), além de trabalhadores informais, contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e microempreendedores individuais que solicitaram o benefício.

**Benefício reduziu a inadimplência**

Um estudo elaborado pelos Indicadores Econômicos da Boa Vista afirma que o auxílio emergencial contribuiu, diretamente, na queda de pagamentos com datas de vencimento atrasadas em mais de 15 dias no segundo semestre de 2020. Em abril do último ano, esses atrasos chegaram a 25,8% para beneficiários do auxílio. Em outubro, essa parcela caiu para 18,3%. Entre aqueles que não receberam o benefício, o valor caiu de 17,7% para 15,6%. O levantamento também conclui que o auxílio colaborou no pagamento de dívidas bancárias, o que teria sido responsável pela recuperação do crédito.

**Vacinação para recuperar economia**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, saiu em defesa da vacinação em massa da população brasileira e destacou o efeito positivo que a medida tem sobre novas infecções pela covid-19 e novas internações hospitalares. A equipe econômica tem ressaltado que a vacinação é necessária para a economia retomar seu curso. A medida também poderia evitar um aumento drástico de gastos para bancar uma nova rodada de auxílio emergencial. Campos Neto reconheceu que o recrudescimento da pandemia tende a ter efeitos sobre a economia no primeiro trimestre do ano.

# Reforma da Previdência: uma visão do primeiro ano (2)

*Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes Professora e coordenadora do Programa de Inclusão e Educação Previdenciária (Piep) da Faculdade Milton Campos  
Marcela Nagy Gonçalves Ex-aluna e participante do Programa de Inclusão e Educação Previdenciária (Piep) da Faculdade Milton Campos*

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que em 2060 a população de pessoas acima de 65 anos deve corresponder a 25,49% da sociedade brasileira. Com o envelhecimento populacional e o fim do bônus democrático, a participação da população em idade ativa tende a cair em relação aos grupos dependentes. Em virtude desse cenário, o governo buscou uma resposta rápida para "solucionar" o problema da **Previdência Social**.

A reforma da Previdência era um sonho antigo dos governos anteriores, mas somente após longos debates e concessões o texto final foi aprovado pelo Congresso Federal em 12 de novembro de 2019, com a Emenda Constitucional (EC) 103/2019.

Com as alterações legais, as idades mínimas para que um novo segurado se filie ao Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) foram fixadas em 65 anos para homens e 62 para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 20 e 15 anos, respectivamente - conforme o artigo 19 da EC 103/2019. Ou seja, agora, a aposentadoria por tempo de contribuição e a por idade foram unificadas, de forma a existir apenas uma modalidade, assim representando o endurecimento das regras de acesso ao benefício previdenciário.

O valor da aposentadoria também mudou: o segurado só vai receber a integralidade do benefício se contribuir por 35 anos, se for mulher, e por 40 anos, se for homem. Desde a publicação da Emenda Constitucional 103/2019, realizada há mais de seis meses, o que se observa é que o segurado sofre duplamente: com as novas regras para aposentadoria e com a demora na análise de seus direitos.

Segundo dados do Boletim Estatístico da **Previdência Social** (Beps), elaborado pela Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária e publicado pela Secretaria de Previdência (SPREV) em março de 2020, o Brasil tinha 1.802.309 benefícios que aguardavam análise pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

De acordo com o Beps de março do ano passado, a proporção de benefícios em análise com até 45 dias era de 64,96% do total existente. Apenas para efeitos de comparação, ao se analisar os dados do boletim de novembro de 2019, ou seja, com dados anteriores à reforma da Previdência, essa proporção era de 26,3%. O aumento vertiginoso de quase 150% se justifica em razão da demora da autarquia previdenciária em adequar o seu sistema às novas regras legislativas, o que acaba por prejudicar o segurado em virtude do aumento da morosidade de análise de seu benefício.

A demora coloca em xeque o princípio da dignidade humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. A própria Carta Magna reconhece a Previdência como direito social em seu artigo 8º, sendo, pois, essencial para a promoção da dignidade; que seja oportunizado ao segurado o direito de gozar os benefícios a que fizer jus, em tempo razoável.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a reforma da Previdência dificultou o acesso à aposentadoria, seja pelo endurecimento das regras ou pela demora na análise dos benefícios.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



# Ministros do STF iniciam o ano com pauta tributária bilionária

*Joice Bacelo Do Rio*

O Supremo Tribunal Federal (STF) retorna do recesso, na semana que vem, com a promessa de julgar, neste semestre, pelo menos dez processos tributários importantes para o mercado. Três deles, que tratam de disputas travadas entre os contribuintes e a União, podem custar aos cofres públicos R\$ 26,5 bilhões - no pior cenário para o governo, se perder a ação e tiver que devolver o que recebeu nos últimos cinco anos.

Uma das brigas mais valiosas envolve a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O impacto, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pode chegar a R\$ 17,7 bilhões. Nos outros dois casos bilionários se discute a cobrança de PIS e Cofins sobre a receita gerada com a locação de imóveis e a contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que incide sobre a receita bruta do produtor rural.

Os ministros vão decidir, em relação à Cide, se pode ser cobrada sobre valores enviados ao exterior como pagamento por contratos de licença de uso de software. As empresas, hoje, têm que deixar na mesa, para a União, 10% do montante.

Esse julgamento interessa a qualquer empresa que adquira tecnologia no exterior - as pequenas que comprem software e também as grandes que adquirem licenças ou integram grupos econômicos.

O processo que será julgado pelo STF foi ajuizado pela Scania Latin America. A companhia contesta acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo, que decidiu pela cobrança da Cide sobre remessas decorrentes de contrato de compartilhamento de custos (cosí sharing) - referente à pesquisa de desenvolvimento - que foi assinado com a matriz estrangeira, localizada na Suécia.

Esse caso será um dos últimos do semestre. Está pautado para 24 de junho (RE 928943). "É muito importante. Tem bastante dinheiro envolvido", afirma Priscila Faricelli, do escritório Demarest. "A Constituição diz que a arrecadação precisa ter destinação exclusiva e uma das alegações do contribuinte é que se criou a contribuição, mas não o fundo para destinar a arrecadação corretamente."

Também para o mês de junho estão previstos outros dois julgamentos importantes. São duas ações diretas de inconstitucionalidade - essas sem impacto estimado na LDO. A ADI 6055, prevista para o dia 2, tem como autora a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade tenta impedir que as alíquotas do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) sejam livremente reduzidas pelo governo.

O Reintegra foi criado em 2011, por meio da Lei nº 12.546, com o objetivo de ressarcir os custos das exportadoras. As companhias, em razão desse regime, têm direito a um crédito tributário que é calculado sobre a receita auferida com as exportações.

A ação da CNI foi movida pouco depois da greve dos caminhoneiros que ocorreu no ano de 2018. Para cobrir as despesas geradas com o acordo firmado com a categoria, o governo reduziu o crédito do Reintegra - antes variava entre 0,1% e 3% e depois foi fixado entre 0,1 % e 2%.

O julgamento da outra ADI (4397) está marcado para o dia 17 de junho. A Associação Brasileira de Empresas de Refeições Coletivas (Aberc) questiona a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Esse índice é usado para calcular o valor que uma empresa precisa pagar para cobrir os custos da **Previdência Social** com vítimas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. Pode reduzir ou aumentar - dependendo de cada caso - a alíquota dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), um seguro contra acidentes, que varia entre 1% e 3% sobre a folha de salários.

Já um outro julgamento, previsto para abril, pode custar até R\$ 5,6 bilhões aos cofres públicos. Os ministros vão decidir se há incidência de PIS e Cofins sobre as receitas decorrentes de locação de imóveis. Esse tema será julgado por meio de um recurso da União contra decisão do TRF da 3ª Região que liberou do pagamento uma indústria de São Paulo (RE 599658).

Esse caso está previsto para ir a plenário no dia 15 de abril. Na semana anterior, dia 8, os ministros julgarão

um tema semelhante: a cobrança de PIS e Cofins sobre locação de bens móveis (RE 659412). "A diferença entre os dois casos é só o objeto", diz Leonardo Augusto Andrade, do escritório Velloza.

Ele afirma que esses dois temas podem ser considerados como "teses filhotes" do processo que tratou sobre o alargamento da base das contribuições. "Os ministros, em 2005, afastaram esse alargamento. Disseram que faturamento equivale à receita da venda de bens ou de prestação de serviços. Só que algumas questões não foram resolvidas. Entre elas, a locação, que não se identifica nem com a venda de mercadorias nem com a prestação de serviços", diz.

Também no mês de abril, dia 22, os ministros devem se debruçar sobre mais um capítulo do Funrural. Vão decidir sobre uma ação (ADI 4395) proposta pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). A entidade questiona a possibilidade de o Fisco cobrar das empresas os valores que são devidos pelos agropecuaristas, pessoas físicas fornecedores de seus associados, a título de contribuição previdenciária.

"As leis não trataram da sub-rogação", diz o advogado Fábio Calcini, sócio do Brasil, Salomão e Matthes. Esse julgamento, acrescenta, é importante principalmente em relação ao período passado. "Muitas empresas acabaram deixando de reter esses valores do produtor rural por força de liminar ou mesmo por entender que o Funrural era inconstitucional e, com isso, sofreram várias autuações."

Esse tema interessa aos frigoríficos e também à indústria alimentícia como um todo, segundo Calcini. O desfecho depende somente do voto do ministro Dias Toffoli. Esse julgamento teve início, no plenário virtual, em maio do ano passado. Dez ministros se posicionaram na plataforma: cinco contra e cinco favoráveis à ADI.

Em maio, no dia 12, haverá um outro julgamento de interesse para o agronegócio. Os ministros vão decidir sobre a constitucionalidade da contribuição ao Senar - cobrada sobre a receita bruta do produtor rural pessoa física, com alíquota de 0,2% (RE 816830).

Essa discussão, segundo consta na LDO, pode ter impacto de RS 32 bilhões se a União tiver que devolver os valores que foram pagos pelos produtores nos últimos cinco anos.

Esses processos - e outros envolvendo **tributos** estaduais (leia mais abaixo)-foram indicados pelo presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, para ir à votação no Plenário do STF. Os julgamentos, em razão pandemia, têm sido realizados por meio de

videoconferência.

"Podemos dizer que as discussões tributárias estão voltando para o Plenário. Era algo que advocacia estava pedindo muito. Não queríamos que ficasse somente no virtual", diz Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

O STF julgou, em 2020, muitos casos tributários - como nunca antes em sua história. Mas a maioria foi analisada no Plenário Virtual. Os ministros aprovaram uma mudança no regimento interno logo no começo da pandemia, em março, e passaram a permitir, então, o julgamento de processos com repercussão geral nesse ambiente.

Advogados reclamam que há prejuízos. Os debates entre os ministros ficam prejudicados e os advogados, eles dizem, não têm ampla participação - diferentemente do que ocorre nos julgamentos presenciais.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186649?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186649?page=1&section=1)



# Guedes diz que auxílio pode voltar caso o pior aconteça"

**Fábio Pupo - Brasília**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reconheceu nesta terça-feira (26) a possibilidade de o auxílio emergencial voltar caso o número de mortes por corona-vírus continue crescendo no país e o governo fracasse na vacinação da população. Mesmo assim, ele ressaltou que esse cenário só se configuraria caso "o pior aconteça".

Guedes defendeu responsabilidade para analisar a questão e disse que é preciso verificar se o aumento recente de casos de Covid-19 não foi um reflexo pontual das festas de fim de ano. Ele traça atualmente dois cenários possíveis.

Em caso de queda na pandemia, a agenda econômica seria avançar com as reformas que estão no Congresso. "Se a pandemia descer, a vacinação em massa ocorrendo, e a economia voltando à normalidade, deveremos estar de volta às reformas estruturais", disse, em evento do Credit Suisse.

"Se a pandemia se agravar e continuar 1.500 mortes por dia, a vacina não chega, se falhássemos miseravelmente nas vacinas... O que não acredito [que vá ocorrer] porque o ministro [da Saúde] tem capacidade logística, temos, e o presidente agradeceu, a Anvisa, o [Instituto] Butantan, [a Fundação] Oswaldo Cruz, as Forças Armadas", disse.

Nesse segundo caso, de agravamento da pandemia, Guedes reconhece a possibilidade de recriar o auxílio, mas de forma aprimorada. "Vamos observar. Caso o pior aconteça, se a doença volta, como compatibilizar uma coisa com a outra [pandemia e responsabilidade fiscal]? Bom, temos o protocolo da crise [medidas de 2020], aperfeiçoado agora", afirmou.

Conforme mostrou a Folha na semana passada, a equipe econômica não descartava um novo auxílio emergencial em uma situação extrema, mas os integrantes ainda não reconheciam a necessidade da medida já que a viam a economia se movimentando e as atividades ainda abertas. E defendiam a revisão de outros gastos para atender os vulneráveis.

As declarações são dadas em um momento de pressão crescente do Congresso pela volta do auxílio emergencial. Os principais candidatos nas eleições

para a presidência de Câmara e Senado, em fevereiro, defendem a medida.

Paralelamente, na equipe econômica ainda é defendida uma alternativa para que, diante da pressão para prorrogar o auxílio emergencial neste ano, o governo apresente uma proposta de ampliação da assistência social de maneira permanente, como a criação de um novo pro -grama social que incorpore o Bolsa Família.

O ministro citou números diferentes de mortes na pandemia que justificariam a volta do auxílio. Em certo momento falou em um cenário de 1.500 mortes por dia, mas em outro mencionou um patamar contínuo acima de 1.000 (mais próximo ao que vinha sendo discutido internamente, no fim do ano passado).

"Se não for o caso [de volta à normalidade], porque a vacinação não está andando ou porque as mortes continuam acima de mil, já existe o protocolo da crise", disse.

A média móvel de mortes por Covid-19 no Brasil chegou a 1.058 nesta terça-feira (26), a maior desde o fim de julho de 2020 (quando era de 1.069) Guedes ressaltou que um novo auxílio exigiria sacrifícios do país e defendeu como contrapartida medidas como o congelamento de verbas para saúde e educação e de salários de **servidores públicos**. "Não é só pegar o dinheiro e sair correndo. Tem que fazer todo o sacrifício", disse.

"Quer criar o auxílio de novo? Tem que ter muito cuidado, pensa bastante. Se fizer isso, não pode ter aumento automático de verbas para educação e segurança pública, porque a prioridade passou a ser a guerra [contra a Covid]. Pega as guerras aí para ver se tinha aumento de salário, se tinha dinheiro para saúde e educação. Não tem, é dinheiro para a guerra", disse.

"Aqui é a mesma coisa. Se apertar o botão, vai ter que travar o resto todo", disse.

"É que nem um botão [de bomba] nuclear. Apertou, paga o preço", afirmou.

Ele sugeriu que a medida seja discutida em conjunto entre os Poderes ao defender que a decisão deve partir do Conselho Fiscal da República, um órgão

previsto em proposta de Guedes (não aprovada pelo Congresso até hoje) para reunir presidentes de todos os Poderes com objetivo de analisar as contas públicas.

Guedes sugeriu que, caso a pandemia avance e o governo fracasse na vacinação, o auxílio emergencial seja recriado a partir de uma nova cláusula a ser inserida na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que tramita no Congresso desde 2019 com objetivo original de diminuir despesas obrigatórias.

A cláusula de calamidade pública seria inserida na PEC com objetivo principal de, em casos extremos de necessidade, suspender a aplicação de normas fiscais como a regra de ouro (que impede endividamento para despesas correntes).

-

Para presidente do BC, vacinar idosos antes facilita retomada

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu nesta terça (26) a vacinação e a priorização de idosos na campanha como forma de retomada mais rápida da economia.

Segundo o titular do BC, a imunização do grupo de risco seria suficiente para minimizar o "scaring effect", ou efeito medo em tradução livre. Em evento do banco Credit Suisse, ele mostrou dados de Israel que apontam queda no número de mortes e internações após a vacinação de idosos.

"Se conseguirmos vacinar mais rapidamente o pessoal mais velho, o número de óbitos vai para próximo de zero rapidamente [olhando para os dados de Israel]. Então fica sempre a preocupação de que a priorização seja feita de forma a minimizar as internações e os óbitos porque tira o "scaring effect" e faz a economia voltar a normalidade mais rapidamente", disse.

Para o presidente do BC, embora o Brasil esteja atrás de outros países em número de doses da vacina, há uma vantagem na capitalização e na capacidade de imunização do SUS (Sistema Único de Saúde).

"Chegando as doses elas serão aplicadas de forma rápida e eficiente", avaliou.

Campos Neto afirmou que o mercado está focado em como serão os programas de vacinação, embora alguns países, como o Brasil, enfrentem uma segunda onda, com aumento no número diário de casos e óbitos em decorrência da doença.

"A segunda onda não atinge nem de perto o dano causado pela primeira onda [no mundo] porque tivemos um exercício de aprendizado, onde a economia consegue se reinventar e funcionar mesmo com lockdown." Larissa Garcia

Perspectiva de alta no juro e fala do presidente levam dólar a cair 3,4%, para R\$ 5,32

Investidores responderam à ata da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) da semana passada, segundo a qual alguns membros consideraram subir a Selic imediatamente, diante do risco inflacionário. Juros mais altos estimulam a entrada de moeda estrangeira no país. Também influenciou no mercado a defesa que Jair Bolsonaro fez do teto de gastos. A Bolsa, por outro lado, recuou 0,78%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49419>

# 40 milhões de doses da vacina até abril

O governador João Doria (PSDB) anunciou na manhã de ontem a entrega de 5,4 mil litros de insumos para a Coronavac, vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Sinovac e produzida no país pelo Instituto Butantan. A previsão de entrega é na quarta-feira, 3, e equivale a 8,6 milhões de doses.

Mais cedo, ele se reuniu virtualmente com Yang Wanming, embaixador da China no Brasil, que participou da coletiva de imprensa on-line no Palácio dos Bandeirantes Dimas Covas, diretor do Butantan, afirmou que além dos 5,4 mil litros de insumos, outros 5,6 mil já estariam "em processo adiantado" de liberação. "Com esses dois lotes, regularizaremos as nossas entregas ao Ministério [da Saúde]", afirmou, dizendo que entregaria 40 milhões de doses da Coronavac ao governo federal até abril, com possibilidade de fornecimento para outras 54 milhões de doses.

De acordo com Covas, as doses que já estão prontas começarão a ser liberadas para o Ministério da Saúde amanhã. Os 5,4 mil litros que chegarão na próxima semana serão liberados 20 dias após a entrega dos insumos.

Briga sem fim Na segunda-feira, Doria e o presidente da República, Jair Bolsonaro, se desentenderam sobre quem teria sido o responsável pela liberação dos insumos pela China. Momentos após o presidente ter anunciado a chegada de insumos "para os próximos dias", agradecendo o "empenho" dos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Eduardo Pazuello (Saúde) e Tereza Cristina (Agricultura), o governador negou que eles foram os responsáveis pela conquista.

"Todo o processo de negociação com o governo chinês para a liberação de 5.400 litros de insumo para a vacina do Butantan foi realizado pelo Instituto e pelo governo de São Paulo, que vem negociando com os chineses a importação de vacinas e insumos desde maio do ano passado", afirmou Doria.

Questões técnicas Em seu pronunciamento no período da manhã desta terça, Wanming afirmou que a China mantém tradicionalmente uma relação amistosa com o Brasil e que a liberação dos insumos demorou "por questões técnicas e não políticas".

"Os avanços significativos da cooperação entre a Sinovac e o Instituto Butantan evidenciam a atitude científica e rigorosa dos pesquisadores científicos de ambos os países", frisou, completando que a

articulação entre os países "beneficia não só os paulistas, mas todo o povo brasileiro".

"Todo o relacionamento cultivado com a China, com a Sinovac, com o governo chinês e com as liberações sempre foram conduzidos pelo governo do Estado de São Paulo e pelo Butantan. Nunca houve nenhuma relação, principalmente para ajudar, do governo federal", reforçou Doria nesta terça, classificando como "desvairadas" as manifestações do presidente Bolsonaro e seus filhos em relação ao país asiático.

O governador ainda disse que até o momento não recebeu "um único centavo do Ministério da Saúde". "Imagino que vão cumprir o contrato e o compromisso e pagarem por isso. Mas, até aqui, todo o investimento desde maio foi suportado pelo governo de São Paulo e pelo Butantan", frisou.

Covas, por sua vez, acrescentou que o contrato entre o estado e o governo federal foi firmado há apenas duas semanas.

Os 40 milhões citados por Doria são o valor aproximado de doses da Coronavac que o Butantan ainda precisa entregar ao governo federal.

O total da compra foi de 46 milhões, que devem ser entregues até o final de abril. O primeiro lote com os imunizantes importados da China foi enviado no dia 18, após a Anvisa ter aprovado seu uso emergencial.

Mais doses para o MS O segundo lote da Coronavac, com outras 4,1 milhões de doses, foi aprovado na quarta-feira seguinte.

Desse, 900 mil já foram entregues na semana passada e outros 3,2 milhões ainda precisam passar pela inspeção de controle de qualidade.

Ao todo, o Instituto Butantan, vinculado ao governo de São Paulo, já tem 10,1 milhões de vacinas prontas para entregar, mais do que o previsto no contrato de compra pelo Ministério da Saúde, que estipula um total de 8,7 milhões de doses até 31 de janeiro.

Empresas negociam compra direta

Apesar de a AstraZeneca ter divulgado nota na qual afirma que não venderá vacinas para empresas privadas, companhias brasileiras seguem negociando com o fundo de investimento Black Rock, que tem participação na farmacêutica.

De acordo com executivos ouvidos pela reportagem, os 33 milhões de doses que eles querem comprar pertencem à Black Rock e não à AstraZeneca. Por isso, dizem, o **comunicado** da empresa não interfere nas articulações para adquirir os imunizantes.

Segundo empresários, as tratativas para a aquisição do material estão em curso e devem envolver questões diplomáticas. Isso porque pode haver entraves na exportação de vacinas. O lote que pode ser comprado pelas firmas brasileiras está no Reino Unido. Os imunizantes estão prontos e podem chegar ao Brasil em dez dias após a compra, afirmam pessoas envolvidas na negociação.

Executivos dizem não ter detalhes sobre o acordo que teria sido feito entre a AstraZeneca e a Black Rock, mas acreditam que o fundo acertou com a farmacêutica que receberia lotes em troca do investimento para a produção. Por meio de sua assessoria, o fundo BlackRock "afirma que não está em negociação com nenhuma empresa para compra de vacinas." Nesta segunda-feira, o jornal Folha de S.Paulo revelou que empresas se organizaram para negociar junto ao governo a aquisição de 33 milhões de doses da vacina de Oxford, que é desenvolvida pela Astra-Zeneca. O governo chegou a enviar uma carta à farmacêutica dando aval à compra.

Ontem, próprio presidente Jair Bolsonaro confirmou a informação e exaltou a possibilidade de compra em um evento da Credit Suisse. "Semana passada fomos procurados por um representante de empresários, e assinamos uma carta de intenção favorável a isso para que 33 milhões de doses da Oxford viessem do Reino Unido para o Brasil a custo zero para o governo, e metade dessas doses, 16,5 milhões, entrariam para o SUS e estariam então no PNI [Plano Nacional de Imunização], seguindo os critérios. E o restante ficaria para esses empresários para que fossem vacinados os seus empregados, para que a economia não parasse", disse o presidente.

Bolsonaro ainda afirmou ser favorável à ideia dos empresários e disse que "no que puder", vai estimular a proposta.

A AstraZeneca, porém, divulgou **comunicado** na qual informa não ser possível disponibilizar vacinas para o setor privado. "Nos últimos sete meses, trabalhamos incansavelmente para cumprir o nosso compromisso de acesso amplo e equitativo no fornecimento da vacina para o maior número possível de países ao redor do mundo", diz a nota.

Com o posicionamento da Astra-Zeneca, porém, a aquisição não deve ocorrer. "No momento, todas as

doses da vacina estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais ao redor do mundo, incluindo da Covax Facility, não sendo possível disponibilizar vacinas para o mercado privado", informou a empresa na nota divulgada nesta terça.

Cartunista Laerte vai para a UTI

A cartunista Laerte Coutinho, que havia anunciado o diagnóstico de covid-19 na última sexta-feira, foi internada na UTI do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo, nesta segunda-feira. O quadrinista Rafael Coutinho, filho da artista de 69 anos, divulgou a informação em um texto publicado em suas redes sociais.

Ele afirmou que o estado da cartunista "ainda não é grave", mas que "requer cuidados mais rigorosos" e que ela deve permanecer pelo menos uma semana na UTI.

Com passagens pelo Estadão, Folha de S.Paulo e jornais icônicos de resistência durante a ditadura como o Pasm, Laerte é uma das principais cartunistas da velha guarda do Brasil, ao lado de Ziraldo, Angeli, Glauco e outros nomes.

Ela é conhecida pela criação de diversos personagens, como os Piratas do Tietê, o super-herói de moral questionável Overman e o crossdresser Hugo/Muriel, que alterna suas representações de gêneros e brinca com os preconceitos contra transsexuais.

Desde 2009, Laerte assumiu sua identidade LGBTQ+ e suas charges passaram a representar, com frequência, situações vividas por crossdressers ou pessoas transgênero.

Leia um trecho da nota divulgada por Rafael Coutinho: "Escrevo aqui em nome da família, para atualizá-los sobre a atual condição de saúde dela. Como muitos já sabem, Laerte está internada com covid desde o dia 21 de janeiro, no InCor. Está sendo supervisionada pelo dr. Ubiratan Paula Silva. A condição piorou lentamente, e ela foi internada na UTI na noite passada.

O estado ainda não é grave, mas requer cuidados mais rigorosos. Ela deve ficar por no mínimo mais uma semana lá, e estamos acompanhando dia a dia a evolução, na torcida para que melhore.

Agradecemos a todos que mandaram mensagens de apoio e carinho, se disponibilizando a ajudar das formas mais variadas. Obrigada, em nome da Laerte, é muito bonito demais ver o amor de todos pelo meu

pai."

Cadeia para os "fura-filas"

Com a largada da vacinação contra a covid-19, em um contexto doses insuficientes para a imunização até mesmo dos grupos definidos como prioritários pelo Ministério da Saúde, crescem os relatos de "fura-filas". Enquanto as denúncias são acompanhadas pelos Ministérios Públicos nos estados, parlamentares buscam apoio a projetos de lei que determinam a prisão de quem passar na frente para tomar a vacina contra o novo coronavírus.

As proposições foram apresentadas pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Plínio Valério (PSDB-AM) e Daniella Ribeiro (PP-PB).

O projeto de Randolfe Rodrigues institui o crime de "fraude à ordem de preferência de imunização contra o coronavírus". A pena em caso de descumprimento é de dois a seis anos de prisão e ainda pode ser endurecida caso o crime seja cometido por funcionários públicos no exercício do cargo. O texto também prevê o pagamento de multa.

A ideia é que a lei vigore até junho de 2022 ou até o final das campanhas de imunização.

Na justificativa do projeto, o senador classifica como "desumanas" as fraudes na ordem de preferência para a vacinação e defende a punição mais dura aos agentes públicos.

Até aqui, há denúncias de prefeitos, secretários de Saúde e outros servidores municipais imunizados antes dos grupos prioritários.

Na mesma linha, o senador Plínio Valério sugere tipificar como crime a "burla à ordem de vacinação".

O texto também recomenda multa e prisão, contudo as penas são mais brandas - de três meses a um ano de detenção. Para autoridades ou **servidores públicos**, podem chegar a um ano e meio.

"Em quase todos os estados há políticos, empresários, parentes de servidores, prefeitos e secretários furando a fila da vacinação", justificou o senador, que ainda pediu urgência na análise da proposta.

O projeto da senadora Daniella Ribeiro prevê pena de um mês a um ano para os "fura-filas" e para aqueles que permitam, facilitem ou apliquem a vacina em desacordo com a ordem de imunização.

A parlamentar defende ainda que a restituição do valor do imunizante ao poder público e o pagamento de

multa de R\$ 1,1 mil.

Quem burlar a ordem de vacinação também fica proibido de ingressar em cargo, emprego ou função pública por dois anos.

SAIBA MAIS

» O Brasil registrou em 24 horas 61.963 infectados e 1.214 mortes por covid-19. Os dados estão na atualização diária do Ministério da Saúde divulgada ontem. Com estes óbitos, o total de número de pessoas que não resistiram à pandemia do novo coronavírus subiu para 218.878.

» Ainda há 2.847 falecimentos em investigação por equipes de saúde. O número de casos acumulados atingiu 8.933.356.

» Segundo o ministério, também há 915.823 pessoas com casos ativos em acompanhamento por profissionais de saúde.

Outras 7.798.655 pessoas já se recuperaram da doença.

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/edicao-185afe2ab60395b0fb41349aa1469a7f.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-185afe2ab60395b0fb41349aa1469a7f.pdf)



# Guedes: governo saberá agir "se pandemia se agravar"

**MANOEL VENTURA**

Ao defender que o auxílio emergencial só seja prorrogado dentro do Limite do Orçamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo saberá agir "se a pandemia se agravar". Segundo o ministro, o Executivo tem o que chamou de "protocolo da crise". Ele não avalia, no entanto, que o momento de crise já chegou:

- Se a pandemia se agrava, continuam 1.500 mortes por dia, a vacina não chega, nós falhamos miseravelmente na entrega das vacinas ... Vamos observar. Caso o pior aconteça, nós temos o protocolo da crise.

Segundo dados das secretarias estaduais de Saúde, divulgados ontem à noite pelo consórcio de veículos de imprensa, o país registrou nas últimas 24 horas 1.206 mortes causadas pelo novo coronavírus. Com isso, a média móvel de óbitos nos últimos sete dias foi de 1.058. Em meados de dezembro, o ministro havia afirmado que a marca de mil mortes diárias registrada na ocasião era um "número assustador", mas também defendeu cautela para avançar sobre uma nova rodada de medidas emergenciais.

No ano passado, para fazer frente aos gastos com a pandemia, o Congresso aprovou o estado de calamidade pública e o orçamento de guerra, que suspenderam travas fiscais e abriram espaço para a concessão do auxílio emergencial de R\$ 600, depois prorrogado no valor de RS 300 até dezembro do ano passada. Ontem, Guedes cobrou responsabilidade caso a estratégia se repetida em 2021 e lembrou que, em 2020, o salário dos **servidores públicos** foi congelado por dois anos como compensação pelos gastos com a pandemia.

- E preciso ter muita responsabilidade quando você, entre aspas, declara a guerra. Se você disser que a pandemia está realmente assolando o Brasil de novo, você vai declarar o estado de guerra. Estado de guerra significa o seguinte: não tem aumento de salário durante dois anos de funcionalismo, os pisos estão todos bloqueados, acabou esse negócio do piso subir automaticamente -afirmou o ministro.

**FOCO NOS MAIS VULNERÁVEIS**

Apesar de ainda resistir a conceder um novo auxílio emergencial, a equipe econômica tem discutido internamente um modelo para o programa, caso as pressões pelo benefício persistam ou a pandemia piore mais. Um cenário que está sendo estudado é focalizar o benefício entre os mais vulneráveis no grupo de informais, numa forma de reduzir o escopo do programa, que atendeu quase 60 milhões no ano passado.

A equipe também discute um valor menor, podendo ser fixado em RS 200. Mas uma parte dos técnicos vê a possibilidade de que o repasse suba para RS 300, de acordo com as negociações com o Congresso. Mesmo com a criação desses cenários, o Ministério da Economia não quer prorrogar o auxílio. A avaliação é que o benefício não é necessário porque considera que a economia está se recuperando e logo o grupo de mais afetados pela Covid-19 será vacinado.

A nova rodada de negociações em torno do auxílio ocorre no momento em que o fim do benefício começa a afetar a popularidade do presidente. Na semana passada, pesquisa Datafolha mostrou que a taxa de aprovação passou de 37% para 31%, i ia comparação com a sondagem divulgada no início de dezembro quando o benefício ainda estava em vigor. Apesar da pressão Bolsonaro reafirmou ontem que está comprometido com a manutenção do teto de gastos (que limita o aumento das despesas à **inflação**), o que foi lido por integrantes da equipe econômica e pelo mercado financeiro como sinal de compromisso com as contas públicas.

-No âmbito fiscal, manteremos firme o compromisso com a regra do teto de despesas como âncora de sustentabilidade e de credibilidade econômica. Não vamos deixar que medidas temporárias, relacionadas com a crise, se foi nem compromisso permanente de despesas - disse o presidente, no evento com investidores.

## CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

O corte de outras despesas é a única opção à disposição da equipe econômica para autorizar gastos com o auxílio sem ferir regras fiscais. Caso a negociação para adequar a medida ao Orçamento não avance, a alternativa será a abertura de crédito extraordinário, não sujeito à limitação do teto de



gastos.

Mesmo que essa opção se, a escolhida, o governo ainda precisaria encontrar uma solução para outra trava legal, a meta fiscal, que é de déficit de RS 247 bilhões. Nesse caso, será preciso flexibilizar esse mecanismo pela edição do estado de calamidade pública, como no ano passado. Se isso não ocorrer, será necessário contingenciar gastos em outras áreas ao longo do ano ou alterar a previsão de rombo, o que poderia passar a mensagem de descontrole das contas públicas ao mercado financeiro.

Proposta para manter auxílio emergencial não depende só do ministro

Paulo Guedes aproveitou um evento com representantes do mercado financeiro ontem para mostrar à turma das mesas de operação que tentará, de alguma forma, evitar que a possível retomada do auxílio emergencial comprometa por completo a capacidade do governo federal de cumprir a única regra fiscal vigente no país: o teto de gastos, que limita o a um aumento das despesas à **inflação** do ano anterior.

O chefe da equipe econômica já entendeu que a pressão por um novo mecanismo de ajuda para os mais vulneráveis vira assim que for concluída a eleição para o comando da Câmara e do Senado, no início da próxima semana. E essa pressão virá independentemente de quem sair vitorioso da disputa.

Por isso, o ministro resolveu salientar, na manhã de ontem, que a volta do auxílio precisa estar associada (assim ele deseja) a uma trava para o aumento de outros gastos, como educação e segurança.

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro ter defendido, no mesmo evento o respeito ao limite de ampliação de gastos públicos fixado pela regra do teto e ter enfatizado que o auxílio pago em 2020 foi emergencial e, portanto não se deve esperar que ele reapareça em 2021 como algo perene, a criação de alguma forma de ajuda nunca deixou as mesas de discussão da capital federal.

Até instituições que sempre advogaram em prol do respeito aos limites fiscais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), já reconheceram que algum tipo de ajuda terá que ser prestada pelos governos para a parcela mais vulnerável da população de seus países.

O problema, no caso específico do Brasil, é que pouca gente dentro do Congresso -e até mesmo no Executivo - entende que, para que essa despesa seja criada, é preciso que outras tantas sejam reduzidas. Essa regra é imperativa em qualquer orçamento. Ela

se toma ainda mais relevante numa situação como a brasileira, em que a equipe econômica precisa enviar ao Congresso um Orçamento que tem sempre como meta um prejuízo controlado das contas públicas, nunca um superávit.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# A vacina dos camarotes - NAS ENTRELINHAS

**POR LUIZ CARLOS AZEDO**

Uma das características da pandemia de coronavírus, que certamente será objeto de muitos estudos e pesquisas, é a desigualdade social escancarada que nos revela. A cortina foi rasgada pelo auxílio emergencial: a iniquidade chegava a 56 milhões de pessoas, dos quais 2,6 milhões em São Paulo e 1,6 milhão no Rio de Janeiro, cidades ícones do Sul Maravilha, segundo dados do Portal da Transparência de junho do ano passado. O número de "invisíveis" dependentes dos recursos governamentais ultrapassava meio milhão de pessoas em Salvador (762 mil), Fortaleza (747), Manaus (634 mil) e, pasmem, Brasília (562 mil). No time das 10 cidades com maior número de "flagelados" da crise sanitária, constavam, também, Belo Horizonte (494 mil), Belém (453 mil), Recife (420 mil) e Curitiba (339 mil).

Vejam bem, não estamos falando do Brasil profundo, mas das principais cidades brasileiras, que lideram o nosso desenvolvimento econômico e social, os principais polos da transição do Brasil rural para o urbano, na marcha forçada do nosso modelo nacional-desenvolvimentista. Esse processo melhorou a vida das pessoas da porta para dentro, principalmente da classe média. Entretanto, o crescimento acelerado das cidades deteriorou as condições urbanas e deixou ao abandono a vida banal das periferias e morros, degradando a vida coletiva da porta para fora. Principalmente depois do Plano Real, a economia informal e o empreendedorismo mascararam a gravidade do problema, mitigado, ainda, pelo programa Bolsa família, até que veio a recessão provocada pela pandemia, que destruiu empregos e também provocou um "apagão" de capital.

A conta da pandemia, do ponto de vista fiscal, ainda vai chegar, mas ninguém mais pode ignorar a gravidade do problema social que o Brasil enfrenta, principalmente, as elites econômicas do país. As desigualdades se manifestam em todos os seus aspectos - econômico, social, cultural, étnico e de gênero - e não será a prorrogação do auxílio emergencial que resolverá o problema. É inviável uma política de renda mínima sem um projeto de desenvolvimento, sem política industrial e de comércio exterior, sem **reforma tributária** e administrativa, sem investimento em ciência e tecnologia, em habitação, transportes e, principalmente, educação. Acontece

que, até agora, o governo federal pautou-se pela omissão ou o imprevisto nas políticas sociais.

Lei de Murici

Um retrospecto das declarações do presidente Jair Bolsonaro; do ministro da Economia, Paulo Guedes; e do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, mostra um governo errático na condução do país e focado apenas na preservação e fortalecimento do seu poder em relação ao Legislativo, ao Judiciário e aos demais entes federados. O sucesso do Palácio do Planalto nas disputas pelo controle das Mesas da Câmara e do Senado fixará o foco na "guerra de posições" para consolidar um governo bonapartista, que se pretende tutor da sociedade. O problema das desigualdades está fora de sua agenda. A crise sanitária mostra isso. Uma política de transferência de renda com objetivo apenas eleitoral não será sustentável.

A política de saúde pública de Bolsonaro, por exemplo, é inspirada na Lei de Murici: "Cada um sabe de si", a máxima do coronel Pedro Tamarindo na debandada da terceira campanha de Canudos. O presidente da República sempre se colocou ao lado dos que não querem se vacinar, mesmo depois de os principais líderes mundiais darem o exemplo se vacinando. É o principal responsável pelo dismantelo do Ministério da Saúde na condução da política epidemiológica. Agora, Bolsonaro resolveu defender a compra e a distribuição de vacinas por empresas privadas, entre elas, a Petrobras e a Vale, para imunizar seus funcionários, furando a fila do Programa Nacional de Imunização, para manter a atividade da economia. A doação de metade das vacinas para o Sistema Único de Saúde (SUS) legitimaria o privilégio. Teremos a vacina dos camarotes, para usar uma expressão do meu xará Luiz Carlos Rocha, advogado de Curitiba, enquanto a "pipoca" espera a vez nas filas do SUS, devido ao descaso e às trapalhadas do general Pazuello na Saúde.

Acontece que a Lei de Murici pode ser a senha para um desastre anunciado, como na retirada de Canudos. Tudo começou quando o sanguinário coronel Moreira Cezar, no dia 3 de fevereiro de 1897, mudou subitamente de ideia e optou pelo ataque imediato, em vez do cerco a Canudos. O arraial foi duramente castigado pela artilharia. As forças do Exército conseguiram invadir o arraial e conquistar algumas

casas. Foram, contudo, obrigadas a recuar, devido à pouca munição. Após cerca de cinco horas de combate, Moreira César foi mortalmente ferido no ventre, quando se preparava para ir à frente de batalha incentivar a tropa.

O comando foi transferido ao coronel Pedro Tamarindo, que decidiu recuar, após sete horas de combate. Moreira César agonizou 12 horas, ordenando que Canudos fosse, uma vez mais, atacado. Em reunião de oficiais, porém, fora decidida a retirada, dado o grande número de feridos, numa marcha de 200 quilômetros até Queimada. Atacada incessantemente pelos jagunços, a tropa debandou. Tamarindo foi morto no Córrego dos Angicos. Seu corpo foi deixado no campo de batalha. Acabou empalado num galho de angico pelos jagunços. A primeira favela do Rio de Janeiro foi formada pelos soldados desmobilizados após a Guerra de Canudos.

# Bolsonaro diz que respeita teto de gastos

O presidente Jair Bolsonaro fez defesa ontem de temas que têm gerado preocupação de empresários e investidores quanto às ações do governo para a retomada econômica com responsabilidade fiscal, como o respeito ao teto de gastos (a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**), a agenda de privatizações e o andamento de reformas fiscais. "No âmbito fiscal, manteremos firme compromisso com a regra do teto de despesas como âncora de sustentabilidade e de credibilidade econômica. Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanentes de despesas. Nosso objetivo é passar da recuperação baseada no apoio ao consumo para o dinamismo do setor privado", afirmou o presidente, em discurso lido durante evento virtual promovido pelo banco Credit Suisse sobre investimentos promovidos na América Latina.

Bolsonaro reforçou ainda o apoio à tramitação de reformas econômicas, paradas no Congresso Nacional. "Vamos avançar na tramitação de propostas das reformas fiscal, tributária e administrativa em parceria com o Congresso Nacional e a sociedade brasileira", disse. O governo enviou no ano passado a proposta de reforma administrativa - que reestrutura o RH do Estado, com mudanças na forma como os servidores são contratados, promovidos e demitidos - e a primeira parte da **reforma tributária**, com a unificação do PIS/Cofins. Antes, em 2019, já tinha enviado três propostas de emenda à Constituição (PECs) com medidas para desengessar o Orçamento público e redistribuir as verbas com Estados e municípios.

Um dia após a saída de Wilson Ferreira Júnior do comando da Eletrobras pela dificuldade do governo em aprovar a privatização da estatal no Congresso, o presidente disse que o governo pretende acelerar leilões de concessões e privatizações. Nos dois primeiros anos, segundo ele, foram incluídos 65 projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), um dos primeiros passos para os leilões. Bolsonaro defendeu também "regulamentos mais simples" e "menos onerosos" afim de garantir a admissão do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo o presidente, "meta prioritária da política externa brasileira". Segundo o presidente, a economia deve crescer 3,5% em 2021. "Apesar da covid, mantemos compromisso com empreendedores, investidores e empregados."

## COVID

Ainda no evento sem apresentar provas, Bolsonaro colocou em dúvida ontem a veracidade dos laudos que atestam mortes de pacientes pela COVID-19 no Brasil. Ele voltou a defender o uso de "tratamentos precoces" sem comprovação científica da eficácia. "Há poucos meses, nós éramos o quarto país em mortes por milhão de habitantes, hoje somos o 26°. Alguma coisa aconteceu. Até que pesem muitos laudos, né, que são forçados, dados como se COVID fossem, na verdade, nós sabemos que não é. Mas vamos supor que todos os laudos fossem verdadeiros. O Brasil, realmente, cada vez mais morre menos gente por milhão de habitantes", disse sem apresentar nenhuma comprovação contrária.

Em seguida, Bolsonaro voltou a falar dos medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento do novo coronavírus, hidroxocloroquina e ivermectina. "O médico e paciente têm que ser respeitados. Quem decide o tratamento precoce de uma pessoa infectada, já que não temos o medicamento ainda comprovado cientificamente, o médico pode, na ponta da linha, decidir em comum acordo com o paciente o que vai receitar", afirmou. Nas últimas 24 horas, segundo o Ministério da Saúde, foram registrados 61.963 casos e 1.214 óbitos. No total, são 8.933.356 casos e 218.878 óbitos.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Governo corta benefícios fiscais para pesquisa e atinge projetos sobre Covid

**Vinicius Sassine - Brasília**

O governo Jair Bolsonaro cortou 68,9% da cota de importação de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica. A medida afeta principalmente as ações desenvolvidas pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) no combate à pandemia da Covid-19.

Em 2020, o valor foi de US\$ 300 milhões (R\$ 1,6 bilhão, em valores de hoje). Para 2021, serão apenas US\$ 93,29 milhões (R\$ 499,6 milhões).

A cota de importação é um valor total de produtos comprados de outros países, destinados à pesquisa científica, que ficam livres de **impostos** de importação. Duas leis de 1990 garantem o benefício fiscal. A definição sobre a cota ocorre todo ano, e fica a cargo do Ministério da Economia.

Um levantamento feito pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) mostra que a redução feita pelo governo Bolsonaro, em plena pandemia, é sem precedentes na última década.

Em 2010, o valor da cota foi de US\$ 600 milhões. Em 2014, foi de US\$ 700 milhões. E, em 2017, 2019 e 2020, caiu para US\$ 300 milhões.

Os US\$ 93,29 milhões não são suficientes nem para os projetos voltados à pandemia.

O Butantan e a Fiocruz, por exemplo, são os institutos que concentram algumas das principais pesquisas para desenvolvimento de uma vacina brasileira contra o novo coronavírus. Os estudos ainda não entraram na fase de ensaios clínicos (testes em humanos).

O valor foi definido em portaria do Ministério da Economia publicada no último dia de 2020. O total se refere a 2021. Assina a portaria Marcelo Pacheco dos Guarany, ministro substituto. Guarany também assina a portaria que havia definido uma cota de US\$ 300 milhões para 2020.

A redução expressiva de valores levou a uma contestação por parte do presidente do CNPq, Evaldo Ferreira Vilela. O órgão é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Vilela pediu tanto à Ciência e Tecnologia quanto ao Ministério da Economia uma recomposição da cota de importações ao patamar de 2020.

"Caso mantido o valor definido, teremos uma profunda redução em relação aos últimos exercícios, o que implica refrear a capacidade de importação de bens e insumos destinados à pesquisa científica, tecnológica e de inovação brasileira, incluindo as pesquisas na área de saúde em quase 70%", afirmou Vilela.

Os principais importadores em 2020 foram os institutos públicos dedicados ao combate à pandemia, como Butantan, Fiocruz e universidades federais, segundo o presidente do CNPq.

Vilela disse que projetos de combate à Covid-19, beneficiados com a isenção de **impostos**, consumiram US\$ 9 milhões por mês.

"Em um cenário conservador que considere a manutenção do investimento mensal por 12 meses em 2021, teremos uma demanda total de US\$ 108 milhões somente para o combate à Covid-19", complementou.

Assim, o valor estipulado para "2021 não supriria muitos projetos dedicados ao combate à pandemia.

"Reforço a necessidade de recomposição da cota de importação de US\$ 300 milhões, no mínimo, para garantir as pesquisas tanto da Covid-19 como de outros projetos de grande relevância para o país", afirmou o presidente do CNPq.

Fundações ligadas ao Butantan e à Fiocruz foram os principais importadores em 2020, segundo um estudo da área técnica do CNPq. A Fundação Butantan consumiu US\$ 80,3 milhões da cota, ou 26,7%. Já a fundação de apoio à Fiocruz importou US\$ 47,7 milhões (15,9%).

"Fiocruz e Instituto Butantan lideram a fabricação de vacinas no Brasil para o enfrentamento da Covid-19, tendo contado com o importante apoio do CNPq e da cota de importação para aquisição de insumos e bens destinados à pesquisa", afirmou o conselho.

Estudos sobre ventiladores pulmonares da Fundação Butantan, por exemplo, consumiram US\$ 16,8 milhões

em importações. Na Fiocruz, pesquisas sobre o diagnóstico do vírus necessitaram de importações que somam US\$ 20,8 milhões, segundo o CNPq.

Na pandemia, o governo Bolsonaro já manteve uma sobretaxa na importação de seringas chinesas e elevou a tarifa de importação de cilindros usados na armazenagem de oxigênio medicinal.

Após a repercussão negativa da divulgação das duas iniciativas, o governo derrubou as cobranças.

A Folha enviou perguntas ao Ministério da Economia no fim da manhã desta terça (26). Não houve resposta até a conclusão desta edição.

"Reforço a necessidade de recomposição da cota de importação para garantir as pesquisas tanto da Covid-19 como [outras] de grande relevância" Evaldo Ferreira Vilela presidente do CNPq

"Fiocruz e Butantan lideram a fabricação de vacinas no Brasil para o enfrentamento da Covid-19, tendo contado com o importante apoio do CNPq e da cota de importação" idem

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**19**



# Com as mãos ao alto - ROSÂNGELA BITTAR

As lideranças políticas estão a cinco dias da rendição ao presidente Jair Bolsonaro, o que se consumará ao elegerem o novo comando do Poder Legislativo. A confirmarem-se as prévias, estarão os parlamentares promovendo sua incorporação às vilanias do governo.

Tiremos desta grave onda de cumplicidade o Senado, onde a extremada independência de cada um supera qualquer imposição de compromissos da cúpula.

Na Câmara, porém, é outra a essência do poder. As indicações de insidiosa conspiração parlamentar fazem o favoritismo do candidato Arthur Lira, patrocinado por Bolsonaro com todas as garantias de sucesso.

Inclusive os habituais objetos da feira de trocas de favores, avançando pela coação em casos de resistência.

À população, traída, resta levantar as mãos ao alto enquanto alimenta a esperança de reversão do golpe legislativo, pela traição. Embora o momento exija coragem e não esta covardia marota, os deputados, em maioria, estão levando na displicência esta grave iminência de desastre político.

Como se fosse natural, os brasileiros amanhecem o dia temendo a morte, que já levou 220 mil cidadãos por idiosincrasias, credices e incompetência do governo. Têm crescido os protestos de rua e manifestos propondo o impedimento do presidente. Crimes de responsabilidade foram cometidos, sobretudo na gestão da crise sanitária mundial. O País tinha, até agora, no Judiciário e no Legislativo, sua fresta de oxigênio.

Mas a Câmara parece disposta a sujeitar-se e debandar. Sem ter consciência de que está prestes, inclusive, a referendar o projeto de reeleição de Jair Bolsonaro para continuar o desgoverno que vem liderando.

A capitulação da Câmara significa muito mais do que engavetar o impeachment.

O compromisso inclui a aprovação de políticas contrárias aos interesses da população.

O candidato favorito fala a linguagem do presidente.

Fugiu do debate alegando que a pandemia é assunto demagógico.

Se ainda houvesse dúvida sobre tão estreita afinidade, está sobre a mesa, já compromissado, o aumento de **impostos**, com a aprovação da mal afamada CPMF.

Negacionista desumano, para quem vida e morte são a mesma coisa, Bolsonaro escolheu para exercer o controle da Câmara, em seu nome, alguém ardorosamente com ele identificado. O faroeste não é um modelo de projeto parlamentar, entretanto será o único possível com a direção da Câmara subjugada pelo presidente da República.

Bolsonaro perdeu Donald Trump, cujo exemplo copiava e se esgotou como modelo. Está isolado politicamente e escolheu para o Brasil a posição de pária. Seu governo é fraco, sem maioria, investigado em inquéritos judiciais variados. Contudo, supera estas desvantagens com um arsenal de guerra que construiu para resguardar sua cidadela.

Registros de uma breve memória: já reuniu a proteção do procurador-geral da República; duas vagas no STF; duas vagas no TSE por onde tramitará sua denúncia de fraude no sistema eleitoral; a cooptação das polícias militares, que deseja agregar oficialmente ao portfólio de poder; boa parte da Polícia Federal; o apoio das tropas armadas, que cultiva como se líder sindical ainda fosse; acesso às violentas seitas da conspiração; a fidelidade de extremistas e milícias, sob o comando do gabinete do ódio e de empresários do círculo íntimo.

São itens especiais: o culto às armas de fogo, que segue em velocidade e disseminação preocupantes; e a produção de uma rede de filhos e amigos dispostos a cometer o que for preciso para autenticar seu método.

A rendição irrestrita da presidência da Câmara é armação política de um pacto que tornará o Executivo e o Legislativo um só bloco, indiferente à dor, ao luto e à indignação do povo.

- COLUNISTA DO "ESTADÃO" E ANALISTA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes diz que país será "economia de mercado" e descarta alta de impostos

*Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro*

O governo está transformando a economia brasileira numa economia de mercado, por isso não vai subir **impostos**, disse há pouco o ministro da Economia, Paulo Guedes, no evento Latin America Investment Conference, promovido pelo Credit Suisse. "Vocês viram: em São Paulo, subiram o imposto; o povo foi pra rua e baixaram."

Ele comentou que "tinha gente querendo botar o IVA [Imposto sobre o Valor Agregado] acima de 30%", o que "ia quebrar comércio e serviços". Ele se refere a propostas como a que está em análise na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)45, um projeto que ganhou prioridade na gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à frente da Casa. Essa proposta, disse o ministro, é apoiada por cartéis que não se importam com a alta de **impostos** no geral, pois conseguem reduzir sua carga setorialmente por meio de pressões políticas em Brasília.

A aprovação de reformas como a administrativa e a tributária, além de marcos regulatórios, isso deve criar o "crowding in": ondas de investimento privado. É o que o governo persegue. "Ficar pedindo para governo investir muito dinheiro é violar responsabilidade fiscal e bloquear horizonte de investimento privado", disse. Não são medidas populares, mas o presidente Jair Bolsonaro enfrenta pressões. "Presidente xingando pode ser mais efetivo do que outros políticos que estão aí rezando."

Guedes, disse que os pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro são um "descredenciamento da democracia brasileira". "O presidente foi eleito, 60 milhões de votos. E todo dia, desde o início, tem conversa. Primeiro é impeachment porque derrubou um passarinho, depois é impeachment porque deu um tapa na cabeça da ema, depois é impeachment porque teve um assassinato lá no Maranhão, depois é impeachment porque morreu um indígena. É um descredenciamento da democracia", afirmou.

Segundo ele, o conflito é natural da democracia, mas tem um grupo que "não sabe perder eleição". "Se diz democrata, mas não sabe perder eleição. Acha que democracia depende de eleger a mesma pessoa quatro vezes presidente da Câmara", acrescentou.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Desindustrialização pode tomar Brasil a roça do mundo (2)

**Robson de Andrade**

Recentemente, fomos surpreendidos por entrevista do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Doellinger, na qual defende a desindustrialização do Brasil. Ele afirma, de forma inusitada, que "o Brasil precisa apostar em suas vantagens comparativas" e chega ao cúmulo de dizer que "nosso caminho não é a indústria manufatureira, a não ser aquela ligada ao beneficiamento de produtos naturais e minérios". Essa opinião é ainda mais preocupante por Doellinger comandar um dos mais antigos e renomados órgãos de estudos e análises econômicas do país.

Ressalte-se que vantagens comparativas são dinâmicas e podem ser aprimoradas ao longo do tempo. Isso ocorreu em países que pensaram grande e não se contentaram em produzir apenas o que a natureza lhes ofereceu. Se o Brasil ficasse preso só aos seus recursos naturais, hoje nosso principal produto de exportação seria o pau-brasil. A soja e o café não seriam produzidos por aqui, pois não são produtos nativos.

Não é minha intenção subestimar a importância dos setores agrícola e mineral para a economia nacional, mas se seguisse a receita do presidente do Ipea o Brasil se transformaria numa espécie de "fazenda do mundo", exportando apenas commodities e matérias primas. A afirmação dele se compara ao preceito defendido pelo Visconde de Itaboraí, no século XIX, de que ao Brasil "bastava exportar café", numa tentativa - felizmente frustrada - de impedir o Barão de Mauá de levar adiante seu esforço pioneiro de industrialização do país.

Investir nos setores em que temos vantagens comparativas é uma boa política, mas não menos importante é promover o aumento da competitividade, de todos os setores, especialmente da indústria. O fato de o Brasil ter hoje os maiores níveis mundiais de produtividade nas lavouras de soja, por exemplo, deve-se a dois fatores principais: o primeiro é que sucessivos governos aportaram recursos suficientes para viabilizar o cultivo em escala desta leguminosa e investiram na inovação do setor, por meio da Embrapa.

Além disso, os produtores rurais são beneficiados por

financiamentos subsidiados, com taxas de juros bem menores que as disponíveis para os demais setores produtivos. Cabe destacar, ainda, a carga tributária mais favorável à qual a agropecuária está sujeita, de apenas 1,9%, ante os 46% que pesam sobre a indústria de transformação.

O segundo fator, também essencial para o sucesso do agronegócio, é a atuação da indústria no desenvolvimento de serviços, insumos e equipamentos de alto valor agregado, tais como pesquisa científica, biotecnologia, logística, fertilizantes e maquinários. Portanto, a alta competitividade da agricultura brasileira e a sofisticação dos demais segmentos só são viáveis graças à existência de uma indústria manufatureira moderna operando no país.

Na mesma entrevista, Doellinger afirma que a Austrália deve ser um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Assim como nosso país, Austrália tem nos recursos naturais uma importante fonte de geração de renda e emprego.

Isso também é verdade para o Canadá e para os Estados Unidos. No entanto, a vantagem em recursos naturais não impediu esses países de também estarem entre os mais industrializados do mundo.

Em nossa visão, o melhor exemplo para o Brasil seria a China, que também tem dimensões continentais e optou pela manufatura para liderar seu processo de desenvolvimento. Hoje, a China é a nação que tem a maior produção industrial do mundo, à frente dos EUA desde 2009. Outra falácia do presidente do Ipea é que não sabemos produzir automóveis. Não é verdade. A indústria automobilística nacional foi pioneira, por exemplo, nas reduções de emissões de carbono nos carros. Do motor a álcool ao motor flex, seu avanço tecnológico é notável e mundialmente elogiado.

A despeito do alto custo de se produzir no Brasil, temos a 16-maior indústria do mundo. Éramos a 10ª em 2014. Apesar de representar 21% do PIB nacional, o setor é responsável pelo recolhimento de 33% dos **impostos** federais e por 31 % da arrecadação previdenciária patronal. Além disso, responde por 70% das exportações de bens e serviços, e por 69% do investimento empresarial em P D, insumos indispensáveis para a competitividade dos demais

segmentos, inclusive do agronegócio. O poder de alavancagem da indústria também é incomparável: cada R\$ 1 produzido pelo setor resulta em um aumento de R\$ 2,40 no **PIB**. Na agropecuária, o resultado é R\$ 1,66.

Nossa indústria também paga os melhores salários. Trabalhadores industriais com ensino superior completo ganham 31,8% a mais do que a média nacional, contribuindo de forma expressiva para o aumento da renda per capita dos brasileiros. Apenas a indústria de manufatura é responsável por 6,8 milhões de empregos - equivalente a 70% de todos os postos de trabalho gerados pelo setor como um todo.

Isto tudo apesar dos diversos obstáculos que impedem a grande maioria das fábricas nacionais de competirem, de igual para igual, no mercado internacional. Sem exportar, é quase impossível termos uma escala de produção competitiva.

Nosso sistema tributário é repleto de distorções e penaliza os setores com cadeias de maior agregação de valor. Somos um dos poucos países que tributa investimento e exportação. Temos, ainda, uma infraestrutura de transportes muito precária e, apesar de produzirmos energia barata, seu custo final é um dos mais elevados do mundo. Além disso, a insegurança jurídica, que torna até o nosso passado incerto - como já bem acentuou o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan - obriga as empresas a fazerem provisões que reduzem suas disponibilidades financeiras para investimentos.

Mais do que nunca, é urgente e indispensável que sejam implementadas reformas estruturantes, sobretudo a tributária, que viabilizem um ambiente de negócios favorável ao empreendimento privado, desonerem as exportações e os investimentos, reduzam a burocracia, aumentem a segurança jurídica e estimulem investimentos em infraestrutura.

O recente fechamento das fábricas da Ford no Brasil foi uma decisão da empresa a nível mundial. Mas, certamente, o alto custo de se produzir no Brasil foi um dos fatores cruciais para essa decisão. Não será promovendo a desindustrialização, como apregoa o presidente do Ipea, que nosso país conseguirá manter empresas aqui e retomar a trilha do crescimento econômico, vital para gerar mais empregos e renda para a população.

O que o Brasil precisa é fortalecer o setor industrial, para que ele seja cada vez mais dinâmico e competitivo, ajudando a superar a mais grave crise sanitária, econômica e social que já vivenciamos. Não existe país forte sem indústria forte.

Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional da Indústria(CNI).

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Competência, a melhor estratégia de Biden

## (3)

*Martin Wolf*

O presidente Joe Biden conseguirá ter êxito? Assim como muitos outros, de dentro e de fora dos Estados Unidos, desesperadamente eu espero que sim. Mas primeiro precisamos chegar a um acordo sobre o significado de "êxito". Significa, acima de tudo, restabelecer a ordem na política de seu país. Isso exige tornar a atual direção do Partido Republicano politicamente insustentável. Sem isso, a esperança de restabelecimento da estabilidade democrática em casa e de um papel de liderança para os EUA no mundo poderá ser inútil.

Em seu tocante discurso de posse na semana passada, tão diferente dos delírios sobre "massacre americano" de seu antecessor, Biden declarou: "Vimos mais uma vez que a democracia é preciosa. A democracia é frágil. E neste momento, meus amigos, a democracia prevaleceu". Ele estava certo, em todos os pontos.

Mesmo assim, "esta hora" não vai durar para sempre. As forças que levaram Donald Trump ao poder não desapareceram. Conforme observa Jan-Werner Müller, da Universidade Princeton, um especialista em populismo, "populistas mais espertos que Trump asfixiam a democracia lentamente por meio de tramóias legais e constitucionais". Trump pode ter partido, mas o trumpismo não partiu. Conforme observou o escritor indiano Kapil Komireddi, a fusão dos grandes negócios com a intolerância é poderosa. Os ricos dos EUA certamente prosperaram.

No Império Romano, dizia-se que todos os caminhos levam a Roma. Desta vez, eles precisam partir dela. Se os EUA não restabelecerem sua saúde política, pouco poderão fazer. O triunfo da trapaça, da incompetência, da imprevisibilidade, da indiferença e da xenofobia sob Trump danificou a imagem dos EUA entre seus aliados e o respeito pelo país entre seus adversários.

Isso não será restabelecido pelas belas palavras de Biden, ou mesmo por ações bem-vindas como o retorno à Organização Mundial de Saúde (OMS) e ao Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas. A confiança e o respeito serão restabelecidos por um sucesso palpável em casa. Barack Obama foi seguido de Trump. A próxima transição poderá ser para

alguém pior.

Como a agora confirmada secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse no Congresso há poucos dias: "Com as taxas de juros em patamares históricos de baixa, a coisa mais inteligente que podemos fazer é pensar grande". O "plano de resgate americano" do governo, que propõe gastos de US\$ 1,9 trilhão (cerca de 9% do PIB), é um começo sensato. Ele deverá, se aprovado pelo Congresso, aumentar a confiança e apoiar a recuperação. Mas será que algo parecido com isso será aprovado? Tendo redescoberto a retidão fiscal que eles abandonaram ao aprovar os cortes de **impostos** propostos por Trump em 2017, os republicanos certamente lutarão muito para evitar isso.

Mesmo assim, Ezra Klein do "The New York Times" observa que para ter êxito o governo precisará de um sucesso visível, suficiente para evitar uma derrota nas eleições para o Congresso em 2022, a partir de uma posição já frágil. Os democratas precisam mostrar que o governo pode funcionar, contra a oposição de um partido determinado a provar o oposto. Fazer o governo fracassar é a estratégia dos republicanos. Eles não a abandonarão.

"Timing" é tudo na política, e grande parte, sorte. Biden poderá ser um líder de sorte. Embora os danos econômicos da covid-19 aos EUA tenham sido longe de excepcionais, a taxa de mortes e o golpe aos empregos estão entre os piores. Mas a combinação da vacinação com os estímulos poderá gerar uma recuperação vigorosa neste ano e no próximo.

Onde o resto do mundo se encaixa nesse drama? Ele é um espectador. O Peterson Institute for International Economics produziu uma valiosa série de ensaios sobre o que um governo americano competente poderia fazer para mundo e vice-versa. Esses estudos deixam claro - especialmente os de Maurice Obstfeld, ex-economista-chefe do FMI, e Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA - o que um engajamento ativo dos EUA, particularmente no necessário programa global de recuperação da crise da covid-19, poderia significar para o mundo e os EUA. Mas por mais desejável e bom que esse engajamento venha a ser, ele não pode responder questões sobre o futuro papel dos EUA no mundo, porque isso vai depender do que acontecerá em casa.



Os próximos anos poderão dar as respostas a algumas grandes questões. Os EUA serão engajados, indiferentes ou hostis? Poderão eles restabelecer uma relação de confiança com seus aliados? Eles forjarão uma relação estável com a China, que equilibre a necessidade de competir com a exigência de cooperar, evitando ao mesmo tempo conflitos mais sérios? Desempenharão eles um papel de liderança no enfrentamento dos desafios sobre o meio ambiente e a pobreza?

A resposta a todas essas perguntas acabará dependendo da maior de todas as questões: os EUA voltarão a ser uma democracia estável? Biden espera que sim. Mas se o Partido Republicano não conseguir voltar a ser um partido conservador normal, continuando em vez disso a adotar as mentiras e fantasias do populismo de direita, as perspectivas são sombrias.

Muitos dos ressentimentos raciais, sociais e culturais permanecerão, assim como o excesso de representação política da direita. Mas a mudança necessária ainda poderá ocorrer, desde que o governo Biden consiga provar rapidamente que um governo competente por pessoas que acreditam nisso pode dar certo. Ele terá de mostrar que a famosa declaração de Ronald Reagan, de que "as nove palavras mais terríveis do idioma inglês são: Eu sou do governo e estou aqui para ajudar", está errada. A confiança numa governança democrática sólida e decente não é inimiga da liberdade, e está sim entre suas garantias mais importantes.

Quem, à parte o governo, poderá ajudá-lo a fazer essa mudança dar certo? A resposta, acima de tudo, é: as empresas e os ricos. Eles deram um alerta claro dos perigos de casar a busca de seus interesses com o populismo de direita que agora consome o Partido Republicano. Se eles tiverem alguma decência, pararão. Isso não é um jogo. Biden pode ser a última chance para a democracia dos EUA. (Tradução de Mário Zamarian)

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Petrobras reajusta diesel, mas críticas continuam

**André Ramalho e Gabriela Ruddy Do Rio**

Há quase um mês sem reajustar o preço do diesel, em meio à valorização do petróleo no mercado internacional, a Petrobras enfim anunciou um aumento no preço do litro do derivado em 4,4%, nas refinarias, válido a partir de hoje. Já a gasolina será reajustada, na média, em 5,05%.

O aumento ocorre em meio a reclamações da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), de que a empresa está segurando reajustes e praticando preços abaixo da paridade internacional, ante ameaças de uma nova greve cios caminhoneiros. Segundo a entidade, o aumento do diesel será insuficiente para eliminar a defasagem em relação à referência internacional.

A estatal informou ontem que aumentará o litro do diesel em R\$ 0,09 e a gasolina em R\$ 0,10. Este é o primeiro reajuste da estatal, para o diesel, no ano. Desde o último aumento, no dia 29 de dezembro, o barril do tipo Brent acumula alta da ordem cie 9,5%. Já a gasolina havia sido reajustada no dia 19 de janeiro. Segundo a Petrobras, a partir de hoje, o preço médio da gasolina vendida pela empresa às distribuidoras passará a ser de R\$2,08 por litro. Já o diesel passará a ser comercializado, na média, a R\$2,12 por litro.

A estatal destacou, em nota, que os preços praticados pela companhia têm como referência os preços de paridade de importação e, dessa maneira, acompanham as variações do valor do produto no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo.

A empresa esclareceu também que os preços dos combustíveis, para o consumidor final, são acrescidos de **tributos**, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, além das margens brutas das distribuidoras e dos postos revendedores. A Petrobras destacou ainda que, segundo dados do Global Petrol Prices, do dia 18 de janeiro, o preço médio ao consumidor de gasolina no Brasil era o 56- mais barato dentre 166 pesquisados - 17,8% abaixo da média global. Já o preço do diesel ao consumidor no Brasil era o 42 - mais barato dentre 165 pesquisados - 26,7% abaixo da média global

Para a Abicom, os reajustes anunciados pela estatal

ainda estão aquém do necessário para eliminar a defasagem para a referência internacional. Segundo a entidade, que representa os concorrentes da estatal no suprimento ao mercado doméstico, a Petrobras deveria ter aumentado o diesel em R\$ 0,3450 o litro, para eliminar a distância para o preço de paridade internacional (PPI), ante os R\$ 0,09 anunciados. Já no caso da gasolina, a petroleira deveria ter aumentado o preço em R\$ 0,2310, ante o reajuste efetivo de R\$ 0,10.

A Petrobras alega que a paridade não é um valor absoluto e que seus concorrentes, muitas vezes, assumem custos que não refletem a realidade da empresa. A Ativa Investimentos estima que ainda há espaço para alta de 9% no preço da gasolina no curto prazo, devido principalmente à desvalorização do real nos últimos dias.

A StoneX destacou, por sua vez, que, mesmo com o reajuste a partir de hoje, ainda há espaço para novos aumentos por parte da Petrobras. Considerando o histórico de reajustes da estatal, a consultoria internacional calcula que ainda há perspectiva de aumento de R\$ 0,14 para o diesel e de R\$ 0,07 a gasolina.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186649?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186649?page=1&section=1)

# IPCA-15 de janeiro tem a maior alta desde 2016

**VERA BATISTAEDIS HENRIQUE PERES\***

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da **inflação** oficial, ficou em 0,78% em janeiro, após registrar 1,06% em dezembro de 2020. Apesar da redução, foi o maior resultado para janeiro desde 2016, quando o índice foi de 0,92%. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,30%, acima dos 4,23% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2020, a taxa havia sido de 0,71%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A energia elétrica foi o componente que mais pressionou o indicador (0,14 ponto percentual). Depois de uma alta de 4,08% em dezembro, a conta de luz ainda subiu 3,14% em janeiro. O aumento menor se deve à mudança de bandeira tarifária: em janeiro, passou a vigorar a bandeira amarela, que impõe acréscimo de R\$ 1,34 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos; em dezembro, valia a bandeira vermelha patamar 2, com custo de R\$ 6,24 para cada 100kWh.

O aumento do botijão de gás (2,42%), que teve alta pelo oitavo mês consecutivo, também pesou no IPCA-15. Juntos, energia e gás foram os dois principais responsáveis pela alta média de 1,44% dos produtos e serviços do grupo Habitação.

Contribuíram para moderar a alta do IPCA-15 a queda no preço das passagens aéreas (-20,49%) e as altas menos intensas de alguns itens alimentícios, como carnes (1,18%), arroz (2%) e batata inglesa (12,34%), apontou o IBGE. Esse comportamento interferiu de forma positiva no grupo Alimentação e Bebidas (de uma alta de 2% em dezembro para 1,53% em janeiro). Já as frutas subiram 5,68%. O tomate recuou 4,14% no mesmo período.

O resultado do IPCA-15 ficou ligeiramente abaixo das expectativas do mercado financeiro, o que, para Fabio Ramos, economista-chefe do UBS Banco de Investimentos, deveu-se aos alimentos, que subiram menos do que o esperado.

Alberto Ramos, chefe da área de pesquisas econômicas sobre América Latina do Banco Goldman Sachs, ressaltou, por outro lado, que "a composição da leitura do IPCA-15 de janeiro foi menos benigna".

Ele destacou que o núcleo e a **inflação** de serviços surpreenderam, e que "houve sinais de disseminação das pressões inflacionárias nos diversos grupos".

Ramos chamou a atenção também para as preocupações com a sustentabilidade fiscal, ou seja, o perigo de descontrole ainda maior das contas públicas. Isso, salientou, pode provocar saída de recursos do país e elevação da taxa de câmbio, o que contribuiria "para deteriorar o que, até agora, tem sido um cenário de **inflação** bastante benigno".

A meta central do governo para a **inflação** em 2021 é de 3,75%, e o intervalo de tolerância varia de 2,25% a 5,52%. Em 2020, a **inflação** fechou em 4,52%, acima do centro da meta do governo de 4%. Foi a maior taxa anual desde 2016.

No bolso No dia a dia, a população sente a alta da **inflação** no bolso. Rafaella Cristina, 26 anos, estudante de enfermagem e moradora do Núcleo Bandeirante, reclamou da alta do custo de vida. "Aumentou muito o valor de produtos essenciais e é difícil ter estratégias para isso. A única coisa que consigo fazer é diminuir a quantidade que consumia, mas isso faz com que a compra não dure os 30 dias. Acaba que fico atrás de promoções", contou.

A moradora de Santa Maria Iraci Viana, 28, auxiliar de faturamento, pontua que os alimentos, especialmente arroz, feijão e carne, estão bem mais caros. "Em energia e água, ainda não percebi algo substancial, porque fico pouco tempo em casa e não tenho tanto consumo nesses itens", afirma. "Devido ao aumento dos alimentos, das frutas, verduras e produtos de limpeza, compramos tudo em atacado. Dessa forma, a compra do mês ao menos fica mais em conta do que nos supermercados de bairro." \* Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

# Inflação volta ao debate, afirma BC

**VERA BATISTA**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a **inflação** é um tema que volta à discussão, no momento em que a prévia divulgada pelo IBGE apontou uma "surpresa" nesse início de 2021, principalmente nos setores de serviços e alimentação. "A gente vê que 55% da **inflação** é de alimentos. Uma parte, de monitorados, deu uma surpresa para cima, como combustíveis e energia. Mas, esse comportamento é global, e quando se olha no longo prazo, não está muito distante do que a gente viu nos últimos meses", justificou, durante o evento virtual organizado pelo Credit Suisse. Para o presidente do BC, o mercado já precificou o repique da **inflação**.

Ainda ontem, por meio da ata da sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom), deixou claro que pretende iniciar um novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic, atualmente na mínima histórica de 2% ao ano, para recompor as expectativas inflacionárias. Na opinião de especialistas, o primeiro reajuste será de 0,25 ponto percentual e virá na próxima reunião do Copom, em março. Campos Neto também avaliou o risco de manter os estímulos fiscais à atividade econômica. "Primeiro porque não temos espaço fiscal. Se, de fato, precisarmos de estímulos fiscais, tem que haver uma contrapartida", reforçou. Ele considerou que o Brasil teve uma "recuperação impressionante" do crescimento, com uma "acomodação e queda recente. O fim de estímulos como o auxílio emergencial, na virada do ano, porém, pode se tornar um "vento contra", admitiu.

"O Brasil está na mediana para melhor em termos de impacto dos gastos na recuperação", disse. Apesar disso, ele ressaltou que o país foi um dos que mais gastaram para combater os efeitos da pandemia, o que levou a dívida pública para 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Segundo Campos Neto, uma das consequências da estratégia do governo de privilegiar transferências de renda foi a pressão na **inflação** de alimentos, maior do que em outros países emergentes.

IncertezaNa ata divulgada, ontem, o Copom) avaliou que o cenário doméstico é de recuperação mais lenta ou "mesmo reversão temporária da retomada econômica". "A incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais", explicou o Copom.

"O comitê ponderou que os riscos fiscais geram um viés de alta nas projeções de **inflação**, justificando a trajetória com elevação dos juros anterior à assumida sob o cenário básico", complementou. (Com Simone Kafruni)

# Prévia da inflação registra maior alta para janeiro desde 2016

**Diego Garcia - RIO DE JANEIRO**

O IPCA-15, também conhecido como prévia da **inflação**, avançou 0,78% em janeiro, informou nesta terça (26) o IBGE.

O resultado foi o maior para um mês de janeiro desde 2016, mas ficou abaixo do que projetavam economistas ouvidos pela Bloomberg, que esperavam o IPCA-15 na casa dos 0,82%. Para o ano, a expectativa é de 4,34%.

De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,30%.

O item que mais influenciou o índice foi a energia elétrica, que havia subido 4,08% em dezembro e avançou mais 3,14% em janeiro, impactando o IPCA-15 em 0,14 ponto percentual.

Em janeiro, a bandeira tarifária amarela entrou em vigor, com acréscimo de R\$ 1,34 por 100 quilo-watts-hora consumidos. No mês anterior, vigorou a bandeira vermelha patamar 2, com custo de R\$ 6,24 para cada 100 kWh consumidos.

Outro item que subiu bastante foi o botijão de gás (2,42%), a oitava alta do produto nos últimos meses.

Por outro lado, as passagens aéreas caíram 20,49%. Já alguns produtos alimentícios desaceleraram, como as carnes (1,18%), o arroz (2%) e a batata-inglesa (12,34%).

Mesmo assim, o grupo que exerceu o maior impacto foi alimentação, com alta de 1,53%. Em dezembro, havia subido 2%. As frutas foram o item com maior alta, (5,68%).

Os transportes também tiveram desaceleração, de 1,43% para 0,14%. A gasolina mostrou alta menos intensa, de 0,95%, enquanto em dezembro marcou 2,19%.

Outros componentes que subiram foram automóveis novos (0,92%) e usados (0,88%) e os transportes por aplicativo (8,72%).

O grupo saúde e cuidados pessoais teve alta de 0,66%, com a alta nos planos de saúde, também de

0,66%, após ser incorporada, pela primeira vez, a fração mensal do reajuste anual suspenso em 2020.

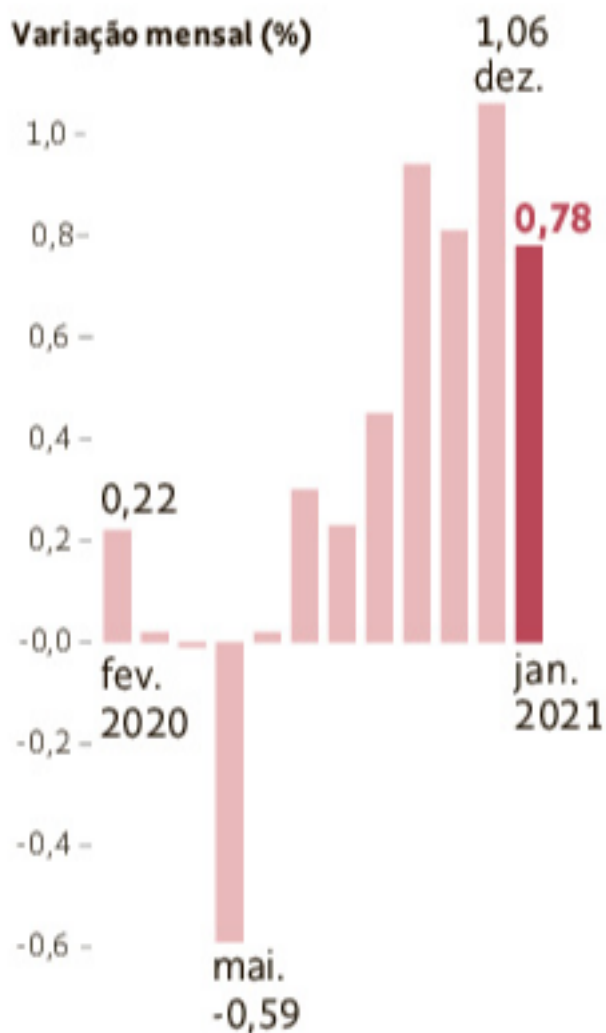
O IPCA-15 tem a mesma metodologia do IPCA, o índice oficial de **inflação**. O que muda é o período de coleta.

A meta de **inflação** para 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49419>

## Prévia da inflação marca 0,78% em janeiro





# Até a direita acorda para o impeachment - MARCELO COELHO

## MARCELO COELHO

Domingo passado, participei da minha primeira carreata. Não era bem a minha turma. A manifestação foi organizada por movimentos de direita, como o MBL e o Vem pra Rua. Mas contra Bolsonaro toda aliança é bem-vinda, necessária.

A carreata "vermelha", no sábado à tarde, me pegou ocupado; eu teria prazer em comparecer às duas.

Fui à carreata "amarela". Fácil reencontrar, no estacionamento do Pacaembu, algumas figurinhas típicas.

O bronzeado da academia, exibindo os peitorais invejáveis e o tênis de R\$ 1.000. A senhora Também Sou Classe Média com o cabelo pintado de loiro, para combinar com a camisa da seleção. O senhor Homem de Bem, com a paciência no cheque especial. Madame Cumbica, que adiou mais uma vez sua passagem para Paris.

Mas vi também dois jovens negros, com cabelo Carlinhos Brown. Num carro, o adesivo a favor da Lava Jato convivía com o ecológico panda do WWF. Vi um "fora, Bozo" ao lado do rosário de Aparecida. Aqui e ali, o arco-íris do movimento gay.

Gente fina é outra coisa. A carreata saiu na hora certa; na avenida Paulista, parávamos para a travessia de pedestres, a menos que os guardas de trânsito ordenassem o contrário.

Vi algumas manifestações de apoio das pessoas na calçada -mas muita gente prosseguia indiferente no passeio de domingo.

Também na Paulista, e não sei se foi contra ou a favor, ouvi uma explosão bem perto do meu carro. Rojão apontado para baixo, ou bomba de efeito moral de algum miliciano de folga?

Bem, talvez eu quisesse um pouco mais de emoções. Numa carreata, não dá nem para saber direito quantos somos. A interação é inexistente.

Sempre se pode topa com alguma criatividade. Uma criança, imagino, mostrava do banco do passageiro um daqueles cocozinhos de emoji, em versão inflável.

Falta um cocô gigante para rememorar o pato da Fiesp.

Outro carro amarrou, em vez da bandeira pátria, um saco preto de lixo a um cabo de vassoura. Boa saída para o dilema entre vermelhos e amarelos.

Fui ultrapassado por alguns Audis (é sempre essa marca que me faz comer poeira) e, quando vi, tinha apenas as viaturas de trânsito atrás de mim.

Não esmoreceu, contudo, meu espírito de "neokataguirista". Colei na traseira de um Land Rover com a bandeira brasileira e fui descendo a Brigadeiro Luís Antônio, com discretos toques ritmados de buzina. Até que uma hora o meu carro-guia deu sinal para a direita -trocadilho à parte- e embicou no rumo dos Jardins.

Não havia mais ninguém. Eu me desgarrara dos pares, ou talvez seja assim mesmo que carreatas se dispersam.

Que não seja este o prenúncio do que está por vir.

Faço graça, mas é excelente notícia que muitos eleitores de Bolsonaro estejam pressionando por seu impeachment.

Tudo parece agir contra sua permanência. O presidente exerce há mais de um ano sua militância criminosa em favor da Covid-19, com a ajuda de um general abobado, cujo único talento é o de conseguir rastejar usando quatro patas.

A **inflação** dos alimentos cresce, o auxílio emergencial diminui, o comércio sufoca e o sacrossanto equilíbrio das contas públicas foi para o espaço, onde gravitam Paulo Guedes e o ministro astronauta, sem contato com a Terra.

Bolsonaro perdeu Sergio Moro e Donald Trump. Quem esperava o fim da corrupção acompanha agora os processos da rachadinha e os acordos com o centrão. Quem apostava numa aliança com os Estados Unidos vê o Brasil isolar-se mais e mais no plano internacional.

Mesmo que não tenha o poder de outros tempos, a Globo critica o presidente sem parar. Na semana

passada, todos os erros e crimes escancarados do governo vieram à tona, com destaque para Manaus.

Enquanto isso, os brucutus da logística, os baba-barbas do Itamaraty, os bandidões sem máscara, os jumentos de farda e o King Kong que manda neles sequer conseguiram articular um discurso que pudesse ser repetido por apoiadores.

Quem esgoelava confiança em um novo Brasil hoje passa vergonha. "Ô, mas ainda assim é melhor que o PT." Não é. E o dito perigo do PT está longe.

Nem Guedes nem Mourão disfarçam a saturação. O instinto de furar a fila da vacina é mais forte do que o de seguir as bazófias de Bolsonaro. Para lembrar um lema da ditadura, ninguém segura esse imbecil.

Grupos de direita se mobilizam enquanto há ceticismo na esquerda. Mas o que impede o impeachment é achar que ele não pode acontecer.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**19**

# Candidatos no Congresso querem auxílio dentro do teto



Daniel Weterman Camila Turtelli / BRASÍLIA

Os principais candidatos à presidência da Câmara e do Senado pressionam por uma nova rodada do auxílio emergencial e ao mesmo tempo defendem que a despesa fique dentro do teto de gastos. Os concorrentes, porém, evitam apresentar uma proposta concreta para reduzir outras despesas, condição exigida pela regra que limita o aumento das despesas à **inflação**.

Para eles, essa atribuição é do presidente Jair Bolsonaro.

Na Câmara, Arthur Lira (PPAL) e Baleia Rossi (MDB-SP) defenderam o auxílio publicamente nos últimos dias. No Senado, o mesmo ocorreu com Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Simone Tebet (MDB-MS). Os quatro candidatos, porém, atribuem a responsabilidade de encontrar uma fórmula para viabilizar o novo pagamento ao governo federal.

No ano passado, a situação foi diferente: o projeto iniciou no Congresso e depois foi sancionado pelo e operacionalizado pelo Executivo.

Um caminho alternativo para não romper com o teto de gastos é abrir um crédito extraordinário no Orçamento por medida provisória, com impacto no endividamento da União. Essa possibilidade foi citada pelos dois principais candidatos no Senado, mas enfrenta resistência na equipe econômica.

A retomada do auxílio emergencial passou a ser um dos temas centrais da sucessão no Congresso. O benefício foi pago a trabalhadores informais e desempregados em 2020 em função da pandemia de covid- 19 e das medidas de isolamento social. Para

este ano, porém, o Ministério da Economia avalia que uma nova rodada pode comprometer as contas públicas.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo pode retomar os programas de socorro se o número de mortes por covid-19 ficar em um patamar acima de mil por dia e a vacinação fracassar.

Além disso, ele condicionou a assistência ao congelamento de gastos com saúde e educação e de salários dos servidores.

Questionados pela reportagem sobre os critérios de Guedes, os candidatos não se manifestaram.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), relator do projeto que criou o auxílio no Senado, rebateu os critérios do ministro.

O parlamentar defendeu a abertura de um novo crédito extraordinário, assim como ocorreu em 2020. "O auxílio emergencial é para atender a sobrevivência das pessoas e fazer o impulso na recuperação econômica.

Isso foi provado matematicamente.

O ministro insiste em um plano de voo num mundo que não existe mais e quem paga a conta é o brasileiro", afirmou Vieira.

Na segunda-feira, 25, Lira afirmou que não apontaria especificamente para medidas como revisão do abono ou desindexação de aposentadorias, como foi defendido anteriormente pela equipe econômica e rejeitado pelo presidente Jair Bolsonaro.

"Não cabe na minha cabeça que parlamentares vão usurpar direitos para arranjar espaço fiscal", afirmou. Na sequência, porém, admitiu discutir o abono salarial para compensar uma nova rodada do benefício social.

Baleia Rossi (MDB-SP), que enfrenta Lira na disputa pela presidência da Câmara, cobrou do governo Bolsonaro o envio de um projeto para o Legislativo.

"Eu defendo que o governo federal envie um projeto para a Câmara para que ou haja o reforço do Bolsa

Família ou o auxílio emergencial em outros moldes, claro, mas para acolher os vulneráveis.

No meu caso específico, defendo dentro do teto", disse o deputado do MDB na segunda, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

No Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) causou apreensão no mercado financeiro ao falar, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que o teto não pode ficar "intocado" diante da necessidade social. Além disso, ele afirmou que a fórmula para a retomada do benefício, incluindo a possibilidade de crédito extraordinário, deve ser discutida em conjunto com o Ministério da Economia. "A forma de fazer, se é com crédito extra, com cumprimento do teto, rompimento do teto, isso tudo nós precisamos dialogar com o Ministério da Economia para encontrar esse caminho. Tem que ser rápido porque a fome não espera", disse.

Nesta terça, após a fala de Guedes, Simone Tebet afirmou que o auxílio emergencial é prioridade do Congresso. "O valor e o tempo de prorrogação devem ser debatidos entre Legislativo e Executivo, dentro dos limites fiscais", escreveu a senadora, em mensagem no Twitter.

Limites

"O valor e o tempo de prorrogação devem ser debatidos entre Legislativo e Executivo, dentro dos limites fiscais." Simone Tebet SENADORA (MDB-MS)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ata do Copom leva bancos a antecipar início de alta da Selic

**Thaís Barcellos Mateus Fagundes Eduardo Laguna**

Divulgado ontem, o teor da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central levou alguns bancos a rever suas projeções e apostar em alta da Selic (a taxa básica de juros) já na próxima reunião do colegiado, marcada para 16 e 17 de março.

Segundo a ata, parte dos integrantes do Copom já considerava a necessidade de mexer na Selic por fatores como a elevação da **inflação**. Sem consenso, porém, a decisão foi esperar a divulgação de novos indicadores, mas o BC tirou do **comunicado** a expressão "forward guidance" (prescrição futura, no jargão em inglês), que funcionava como uma "barreira técnica" para a alta de juros.

"A ata do Copom elimina possíveis dúvidas sobre o senso de urgência das autoridades. Ela mostra que as autoridades consideraram um aumento de juros na reunião, e praticamente se comprometem com uma elevação em março, conforme os parágrafos 15 e 16", diz relatório do Itaú Unibanco, que antecipou a perspectiva de início da alta de juros para março.

Agora, o banco espera que o ciclo comece com alta de 0,25 ponto percentual, seguido por dois movimentos de 0,50 ponto e um final de 0,25 ponto, o que levaria a taxa Selic a 3,50% no fim do ano. O Itaú pondera, contudo, que o ritmo de elevação vai depender da evolução da atividade econômica, da **inflação** e da política fiscal, conforme indicado na ata.

O tom adotado pelo BC na ata também fez com que o Credit Suisse antecipasse a previsão do início de alta da Selic de junho para março. A instituição segue projetando que a taxa básica encerrará o ano em 4,5%.

Seriam cinco altas consecutivas de 50 pontos-base.

"Ficamos surpresos com a discussão da possibilidade de iniciar o processo de aperto na mesma reunião em que o 'forward guidance' foi retirado", destaca o relatório do Credit, assinado por Solange Srouf e Lucas Vilela.

Ao comentar sobre o discurso usado pelo BC de que os choques de **inflação** atuais são temporários, o

Credit avalia que eles são "menos temporários" do que o Copom argumenta, "uma vez que a depreciação da taxa de câmbio e o aumento dos preços das commodities tiveram um impacto muito mais forte sobre os preços ao produtor do que o esperado".

Já a XP Investimentos classificou como consistente um cenário de alta da Selic a partir de maio. A ressalva feita pela corretora, em comentário assinado por seu economista-chefe, Caio Megale, é de que, em caso de surpresa positiva na atividade econômica ou sinais de deterioração do quadro fiscal, com mais gastos do governo, a Selic pode começar a subir já na próxima reunião, em março.

Esse não é, porém, o cenário mais provável na avaliação da XP, que prevê um quadro fiscal inalterado nos próximos meses, com desaceleração econômica no início de ano acompanhada por ociosidade no mercado de trabalho ao longo de 2021. "Entendemos que o documento é consistente com nosso cenário de início de ciclo de alta de juros em maio", escreveu Megale.

Avaliação

"A ata mostra que as autoridades consideraram um aumento de juros na reunião."

Relatório do Itaú Unibanco

"Entendemos que é consistente com nosso cenário de início de ciclo de alta de juros em maio."

Comentário da XP Investimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dólar cai 3,3% a R\$ 5,32; Ibovespa recua 0,78%

A possibilidade de alta da Selic nos próximos meses e comentários do presidente Jair Bolsonaro em defesa da recuperação das contas públicas derrubaram ontem as cotações do dólar. A moeda americana fechou com queda de 3,30%, a R\$ 5,32. Foi o maior recuo em um dia desde 2 de junho de 2020 (3,34%).

Para o gerente de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Archina Weigt, o fato de o Brasil ter cortado juros em ritmo mais forte que outros emergentes foi um fator essencial para o real ter tido pior desempenho que seus pares nos últimos meses.

O México, que está no seleto grupo de países classificados como grau de investimento, tem taxa básica de 4,25%, enquanto o Brasil, quem tem classificação três níveis abaixo, está em 2%.

"Outros emergentes também reduziram muito os juros em 2020, mas pararam antes do Brasil", disse Weigt. Assim, o Brasil passou a não receber mais capital de curto prazo que buscava retorno alto. Se a alta de juros ajuda a retirar pressão do câmbio, a situação fiscal segue como um limitador para a valorização do real, disse o executivo do Travelex.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) caiu 0,78%, a 116.464 pontos.

No ano, as perdas estão agora em 2,15%, com o Ibovespa vindo de quedas de 2,47% e 3,78% nas duas últimas semanas, depois de avanço de 5,09% na primeira de 2021. "O mercado teve uma primeira semana muito forte, colocando muita coisa positiva no preço.

Agora, para o curto e médio prazo no Ibovespa, começa a se rever para baixo a expectativa de crescimento do **PIB** em 2021 por conta do ritmo do programa de vacinação, um pouco aquém do que o mercado esperava - o que atrasa a retomada, assim como novos fechamentos em São Paulo", disse Erminio Lucci, CEO da BGC Liquidez.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>